

“A PANDEMIA COMEÇOU QUANDO OS BRANCOS CHEGARAM”: barreiras sanitárias como práticas autônomas dos povos Kaiowá e Guarani

“THE PANDEMIC STARTED WHEN THE WHITE ARRIVED”: Sanitary barriers as autonomous practices of the Kaiowá and Guarani peoples

Gislaine Carolina Monfort

Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Geografia PPGG-UFGD
Atua no Geopovos Nandereko e Geografias Indígenas, Gentes, Terras
gislainecmonfort@gmail.com

Juliana Grasiéli Bueno Mota

Professora do curso de Geografia e Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências Humanas - FCH-UFGD. Coordena o Geopovos Nandereko e Geografias Indígenas, Gentes, Terras.
julianamota@ufgd.edu.br

Resumo

A devastação dos territórios sociobiodiversos propagada pela sociedade moderna colonial /capitalista fundamenta a intensa crise ecológica atual. Com essa premissa, o objetivo deste artigo é apresentar uma análise sobre como o modelo de sociedade moderna e colonial coloca em risco a vida e os direitos territoriais originários dos povos indígenas, mas também a terra comum, o planeta Terra. O artista macuxi, Jaider Esbell, assim como as *ñandesy* e *ñanderu* kaiowá e guarani, contribuem significativamente para pensar a destruição e o fim do mundo propagada pelo sistema colonial-capitalista, bem como para pensar os modos de resistência anticoloniais que germinam da luta ancestral dos povos originários. A partir de entrevistas semiestruturadas com companheiros kaiowá e guarani, a maioria por meio de plataformas digitais, documentos construídos pelos conselhos tradicionais e acompanhando a mobilização política, analisamos os processos e práticas autônomas de autodefesa kaiowá e guarani em Mato Grosso do Sul, sobretudo, aquelas fortalecidas no contexto da pandemia da Covid-19 (SARS-CoV-2), como a insurgência das barreiras sanitárias, a qual constituiu umas das formas de cuidado coletivo frente à doença.

Palavras-chave: Povos indígenas. Guarani. Kaiowá. Autonomia.

Abstract

The devastation of socio-biodiverse territories propagated by the modern colonial/capitalist society underlies the current intense ecological crisis. With this premise, the objective of this paper is to present an analysis of how the model of modern colonial society puts the life and territorial rights of indigenous peoples at risk, not only that the common land, planet Earth. The Macuxi artist, Jaider Esbell, as well as the *ñandesy* and *ñanderu* Kaiowá and Guarani, contribute significantly to thinking about

the destruction and end of the world propagated by the colonial-capitalist system, together with it, pondering about the anti-colonial resistance modes that germinate from the ancestral struggle of the native peoples. From semi-structured interviews with fellow Kaiowá and Guarani, most of them through digital platforms, documents created by traditional councils and accompanying political mobilization, we analyzed the processes and autonomous practices of Kaiowá and Guarani self-defense in Mato Grosso do Sul, especially those strengthened in the context of the Coronavirus (SARS-CoV-2) Pandemic, such as the insurgency of sanitary barriers, which constituted one of the forms of collective care in the face of the disease.

Keywords: Peoples Indigenous. Guarani. Kaiowá. Autonomy

Introdução

Imagem 1- Progresso.



Fonte: Exposição de Jaider Esbell, Era uma vez Amazonia/It was Amazon (2020).

Imagem 2- O explorador.



Fonte: Exposição de Jaider Esbell, Era uma vez Amazonia/It was Amazon (2020).

A pandemia começou quando os brancos chegaram...O branco trouxe doença. Nossa... É uma história triste... muito triste. Os brancos destroem tudo o que encontram...Antigamente tinha mata. Não tem [mais] mata. Sumiu tudo (Ñandesy Antônia, aproximadamente 75 anos, verão de 2022).

O título deste texto é um discurso político e de afeto recorrente nas conversas com companheiras e companheiros kaiowá e guarani durante a expansão da pandemia da Covid-19. Os kaiowá e guarani compreendem que o principal agente do surgimento de uma doença, tal como a que enfrentamos, são os *mbairy* e/ou *karaí* (brancos/não indígenas). A devastação da multiplicidade de vida do planeta Terra tem sido um problema fundamentalmente da sociedade moderna colonial capitalista em decorrência de seu *modus operandi* que, por sua vez, provoca fim de mundos historicamente experimentados pelos mais diversos povos indígenas.

O fim do mundo anunciado pela sociedade moderna tem sido resultado da ação do Homem (vê-se aqui um jeito de fazer-se gente-pessoa-humano) que impulsiona uma nova forma de transformação da Terra, inaugura um novo espaço-tempo denominado de Antropoceno. Esse novo espaço-tempo é o momento em que o homem se torna uma força geológica, capaz de alterar a paisagem do planeta e comprometer a sua própria sobrevivência como espécie e de tantos outros seres vivos (DANOWSKI; CASTRO,

2017). Todavia, o fim do mundo, é uma realidade vivenciada pelos mais diversos povos e coletivos humanos que não correspondem a racionalidade do **Homem Universal**. Essa experiência de fim de mundo presente nas histórias e trajetórias dos povos não ocidentais demarca também um outro jeito de lidar com a Covid-19. A pandemia não é uma história nova, compõem práticas de uma constante ofensiva sobre as existências humanas e não humanas que habitam os corpos indígenas e suas terras. É uma ofensiva às formas solidárias e afetuosas de habitar a Terra, sentipensar (BORDA, 2009) a natureza, fazer-se humano.

Nesse aspecto, as práticas indígenas são desobedientes e insurgentes, pauta-se na resistência ancestral e anticolonial de “Adiar o fim do mundo” (KRENAK, 2019), de manutenção da Terra viva e luta pela vida, como tem sido ressaltada pelos indígenas durante toda a mobilização contra a Covid-19. Tais mobilizações sempre tiveram como destaque os ataques da política genocida do Estado brasileiro.

Em uma conversa durante um encontro entre a segunda a autora deste texto e uma *ñandesy* (nossa mãe, rezadora e/ou xamã) kaiowá, chamada Antônia, na avenida Marcelina Pires, na Cidade de Dourados - Mato Grosso do Sul, depois de mais três anos sem se encontrarem, foi muito significativo para refletirmos sobre as novas relações enfrentadas pelos povos indígenas. No encontro não houve abraço, tampouco um aperto de mão e o grande assunto foi a pandemia. Antônia ressaltava a destruição trazida pelos brancos, que, em suas palavras, “destroem tudo o que encontram, o branco pisa na terra e destrói tudo”. A destruição é, para Antônia e tantos outros povos, a essência do mundo ocidental branco moderno colonial e, é por essa forma de pisar no mundo que os brancos são os principais responsáveis pelo atual momento em que vivemos, tempos da Covid-19, a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2).

Antônia ressaltou que os brancos perderam a capacidade de pensar e destroem o mundo e a si mesmo. De acordo com ela:

O branco olha pra terra, para o *cará* (espécie de batata) e não vê nada ai... Ele olha tudo e não vê nada. Parece... entende.... não enxerga que tem espírito no mato, na planta.. que para mexer com ela você tem que batizar... você tem que dançar. Tem que cantar.... tem o dono dele. O branco tá acabando com tudo né.... Tenho escutado lá na universidade sobre o fim do mundo né... o branco gosta dessa palavra triste, desse jeito triste de viver (Antônia, aproximadamente 75 anos).

O “tempo da doença” é inaugurado com a chegada do desterro e da violência colonial, de modo que essas doenças têm sido umas das principais armas biológicas utilizadas como método de extermínio dos povos originários (PAVÃO *et al*, 2020). Diversas doenças como a gripe, a varíola, a febre amarela, a sífilis, o sarampo, entre outras, têm sido um dos principais mecanismos e táticas de guerra para aplacar o genocídio contra os povos indígenas.

O caso do povo Timbira, no sul do Maranhão, em 1816, é um dos mais diversos exemplos de infecção proposital. Darcy Ribeiro (1996) narra a experiência desse povo e o avanço de uma epidemia de varíola planejada por fazendeiros de Caxias (um vilarejo que vivia o auge da expansão agropastoril). Diante de 522 anos de desterro e das doenças utilizadas como táticas de guerra, a crítica que tem sido levantada pelos povos originários manifesta que os povos indígenas e não indígenas compartilham uma terra comum que está ameaçada, um fim de mundo que hoje se coloca para todas e todos que compartilham a Mãe Terra. E esse processo está fundamentado na destruição que, como já enfatizado, é, sobretudo, uma prerrogativa do mundo dos “brancos”.

Essa destruição que permeou as palavras sábias de Antônia dialoga com o legado e as fascinantes pinturas de Jaider Esbell¹, artista plástico do povo Macuxi, do estado de Roraima, com destaque a duas obras que compuseram a exposição de Arte Contemporânea Indígena **Era uma vez Amazônia/It was Amazon**, (2020): Progresso e o explorador.

Jaider Esbell, com sua ancestralidade e arte, compartilha a vida e a resistência macuxi, narrando em pinturas as ofensivas coloniais que levaram ao desterro e à perda de seus territórios ancestrais. Não obstante, também expressa as múltiplas dimensões dos processos de resistência pela sua recuperação/retomada, sobretudo, a luta histórica pela demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol. Ainda, a partir de suas andanças pelo mundo, como um nativo-artista e geógrafo, trouxe, para suas obras, o retrato de um mundo em destruição, a exemplo das duas obras que inspiraram a escrita deste texto.

¹ Jaider Esbell é um dos principais nomes da arte indígena contemporânea. Nasceu em Normandia, no estado de Roraima, na terra indígena Raposa Serra do Sol. Faleceu em 2021, sua caminhada que a construção de uma belíssima história. Artista do povo Macuxi, também foi geógrafo, escritor, artista e ativista dos direitos indígenas. Venceu o prêmio PIPA Online 2016, e também foi indicado ao prêmio em 2021. Destaque da 34ª Bienal de São Paulo.

Em uma entrevista a Arthur Tavares, veiculada pela Revista Elástica da editora Abril (2021, s.p), Jaider fez uma importante intervenção e crítica substancial à qual devemos estar atentas:

As pessoas têm dois momentos para os povos originários. Primeiro, eles não servem mais. Ou, que eles têm que salvar o mundo que os brancos destruíram. Nós sentimos muito isso. São duas coisas bem abruptas. Como se pudéssemos de fato salvar o mundo sozinhos, como se o mundo tivesse salvação que dependesse unicamente de nós. A dica para salvar o mundo já demos há muito tempo com o nosso modo de interagir com essa inteireza toda. Estamos falando de novo de uma natureza que foi criada pelo homem quando ele inventou o pensamento, a filosofia, a evolução, a modernidade, todas essas palavras. O homem criou o que a ciência chama de antropoceno, que é o homem separado da natureza dizendo que ela não serve para nada, que é apenas mato, um monte de pedras, as montanhas que podem ser destruídas para construir prédios e outras coisas, os rios que só servem para jogar merda e esgoto. Ele se aparta da natureza, nega a natureza em si e diz que está evoluído demais, que é soberano de todas as espécies, que pode mudar o mundo e destruir tudo. Mas ele acaba que não entende que isso tudo, destrói também a si mesmo. Ele é tão cruel que destrói todas as outras espécies vivas, visíveis e invisíveis, e acaba por destruir a si próprio. Estamos em um contexto de fim de mundo de fato. Tá a pandemia, o aquecimento global, todas as coisas, para quem tiver a possibilidade de entender que o mundo está se acabando. O que isso significa? Que o mundo está se acabando para a humanidade.

A crítica de Jaider, com suas intervenções por meio da arte, expressa o manifesto diante da exploração e das crises sistêmicas geradas pelo sistema moderno colonial, além de revelar elementos das cosmopercepções que relacionam a pandemia à violência colonial e àquilo que é denominado pela ordem neoliberal de “progressismo”.

Em meio a esses percalços, enfrentamos a crise de saúde global que no Brasil somou-se ao contexto de um Estado sob governo de Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal), que foi um dos principais responsáveis por disseminar a doença entre os povos originários e toda a população do país. No Brasil, cerca de 162 povos indígenas foram afetados pela Covid-19, de um total de 305 povos. Até o dia 11 de março de 2022, 68.906 pessoas testaram positivo. O número de óbitos era de 1.289 pessoas, segundo dados do Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)². E foram mais de mais de 667.348 óbitos e 31.266.163

² “Diante da subnotificação dos casos indígenas pelos dados oficiais (veja abaixo) a APIB vem realizando um levantamento independente dos casos. Os números são superiores aos notificados pela Sesai, que tem contabilizado somente casos em terras indígenas homologadas. A compilação de dados da APIB tem sido feita pelo Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena e pelas Organizações indígenas de base da APIB. Outras frentes de enfrentamento à Covid-19 organizadas no Brasil também têm colaborado com a iniciativa. Diferentes fontes de dados têm sido utilizadas nesse esforço, além da própria SESAI, o comitê tem analisado dados das Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde e do Ministério Público Federal” (ISA, 2022).

casos confirmados em todo o país (CORONAVÍRUS BRASIL, 2022), conforme dados oficiais. No entanto, o grande número de subnotificações por falta de teste, e por banalização da pandemia pelo Estado brasileiro, revela que os óbitos vão muito além dos dados oficiais.

O governo brasileiro banalizou a pandemia da Covid-19, tratando-a como piada nacional e, com isso, dificultou a construção de planos de contingenciamento frente ao avanço da doença em territórios indígenas. Primeiro, em um momento grave de pandemia, e a disseminação da doença em terras indígenas, desmantelou os serviços de saúde indígena, muitas vezes inviabilizando o trabalho da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), com ataque a servidores da saúde, perseguições políticas e demissões. E, em segundo, em meio tudo isso, colaborou substancialmente para incitar a violência contra os povos originários por meio de diversas normativas e mecanismos institucionais que intensificaram os ataques e as invasões aos territórios indígenas por grileiros, políticos, empresários, fazendeiros, mineradoras e madeireiros; terceiro, por ter instituído o fortalecimento da militarização na saúde indígena, como na Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), militares, que também foram centrais na propagação do vírus entre povos originários, sobretudo, aqueles em isolamento voluntário na região norte do país (ANMIGA, 2021; APIB, 2022).

Diante desse contexto de disseminação global da doença, de política genocida do Estado brasileiro e de ataques incessantes aos direitos territoriais originários, este texto foi construído com o intuito de apresentar como as práticas autônomas dos povos originários foram cruciais para “frear” a disseminação da Covid-19 diante da escancarada política de morte do governo Jair Messias Bolsonaro. Entre essas práticas, encontra-se o levantamento das barreiras sanitárias pelas próprias bases comunitárias indígenas, de modo que, ao compartilharmos os resultados importantes sobre as barreiras sanitárias e, como elas, se constituíram em ações de autodefesa e autogestão dos povos Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul.

O texto é parte de um trabalho mais amplo de dissertação da primeira autora do texto³, na qual ela analisa a importância das práticas de autodefesa comunitária e de autogestão territorial, a fim de conter o avanço da Covid-19. Os resultados da pesquisa

³Monfort, Gislaine Carolina. Autonomias indígenas, luta pela vida e modos de autogestão comunitária dos povos Kaiowá e Guarani. (Dissertação de mestrado). Dourados, MS: UFGD, 2022.

se deram a partir do enfoque qualitativo obtido pelo diálogo solidário, respeitoso e afetuoso com companheiras e companheiros do movimento kaiowá e guarani.

Neste artigo compartilhamos parte das entrevistas com quatro lideranças indígenas de *tekoha* distintos (Guyra Kambi’y, Nhu Vera I, Panambizinho e Guyraroká), diálogos com conselheiras/os das organizações de base e um agente de saúde. Neste tocante, ainda, destacamos o compartilhamento de uma análise atenta de manifestações e comunicados das organizações de base do povo Kaiowá e Guarani. Destacamos: a *Aty Guasu* (conselho e grande assembleia), *Kuñangue Aty Guasu* (conselho e grande assembleia das mulheres) e a Retomada *Aty Jovem* (RAJ), que são conselhos tradicionais e elaboram várias publicações por intermédio das mídias sociais independentes, como a APIB, ANMIGA e os comunicados dos conselhos kaiowá e guarani.

As entrevistas foram realizadas através de plataformas digitais, citamos: as redes sociais, as redes de solidariedade e as mídias independentes, que nos permitiram dialogar e aprender com as ações realizadas pelos coletivos kaiowá e guarani. Em um diálogo direto, com conselheiras/os, foram criados encontros por meio das plataformas digitais, este fora o nosso principal canal de diálogo diante de um contexto em que não era possível estar presente em territórios indígenas em decorrência da já citada pandemia.

Tempo da pandemia da Covid-19: necropolítica do Estado brasileiro e resistência ancestral pela vida

Realmente, esse ano foi muito difícil. Mas eu, Davi, já havia falado antes, que tudo isso ia acontecer. Não só eu, mas as lideranças indígenas que lutam no Brasil falamos: “olha, cuida do nosso planeta. O planeta não pode ser destruído”, mas não escutaram. No subsolo, o homem gosta de ir atrás de minério, de ouro, de diamantes, que são pedras venenosas. Não pode tocar, não pode tirar. Esse 2020 aconteceu assim por erro do homem branco. Quem foi que mexeu [na terra]? Foi grande empresário que abriu grande buraco embaixo da terra, onde o grande espírito da xawara estava morando. A xawara estava debaixo da terra para não adoecer o planeta. Eu não queria que isso tivesse acontecido. Esse momento está muito difícil. Não tem ninguém para controlar, não tem remédio para curar. [Como xamã] estou sonhando muito mais. Virão outras doenças mais fortes que vão continuar matando milhares de pessoas no planeta. Essa é a minha mensagem, que falo de novo para o homem não índio, que só pensa nele, mas não pensa no todo, não pensa na Terra Mãe, que não acredita na fala dos povos indígenas, somente quando fica doente. Ele vai lembrar da minha palavra. Eu fiquei muito revoltado porque os povos indígenas foram contaminados com essa xawara, com essa wakixi (fumaça), que é uma doença que entra no pulmão e mata.

Povo da cidade: pense e pare. Não mexam mais com a nossa Terra Mãe. "Toda essa destruição não é nossa marca, é a pegada dos brancos, o rastro de vocês na terra" - Davi Kopenawa Yanomami (ISA, 2020, s.p).

Os povos originários, cada um ao seu modo e em seu contexto socioespacial, demonstraram como a Covid-19 já era anunciada por diversos anciões como consequência de um planeta saqueado e em tempos de fim; era uma resposta aos danos socioambientais que agora se escancaram em múltiplas crises: ecológica, política e sanitária. David Kopenawa Yanomami há décadas vem alertando sobre as ‘doenças do branco’ (ISA, 2020; KOPENAWA e ALBERT, 2015) e como Ailton Krenak (2019) que tem ressaltado a importância dos conhecimentos indígenas para suspender o céu e adiar o fim.

Durante a crise de saúde global, os povos originários, nos mais diversos contextos socioespaciais, contaram e professaram sobre a devastação ecológica, a crise climática e os ataques contra a Mãe Terra, que tornam doenças, como a que enfrentamos, em um processo cada vez mais frequente. Mesmo com tudo isso, na tentativa de segurar o céu e impedir a destruição causada pela ordem colonial e neoliberal, os povos fortalecem diversas estratégias de autodefesa por meio de ações coletivas e a partir de suas experiências no mundo. Isso se torna possível através de seus conhecimentos tradicionais manifestados em um sistema complexo que compõem seus modos de existência, suas cosmo percepções OYĚWUMÍ, 2021) e seus modos de resistência anticolonial.

Nesse contexto, os povos Kaiowá e Guarani têm os guardiões/guardiãs da memória, os *ñanderu* e *ñandesy* (xamãs), que permitem a conexão com os mais diversos seres na terra, e em outros patamares celestes, como ensina o pesquisador kaiowá Eliel Benites (2020), seres capazes de reverter o fim do mundo – *ára paha*. São esses os guardiões e guardiãs da memória, os principais atores da resistência anticolonial e do cuidado coletivo fortalecido nestes tempos de “doença dos brancos” – *karaí mba’asy*. Estes povos alicerçaram as formas de cuidado e autodefesa comunitária nos conhecimentos tradicionais sobre a medicina tradicional, a espiritualidade e sobre os modos de autogestão e ações autônomas como as campanhas de solidariedade e o levantamento das barreiras sanitárias (MONFORT, 2022).

Na medicina tradicional, as plantas representam mais do que um espécime biológico e ecológico, pois são seres espirituais e agentes das relações socioespaciais que também se comunicam com os *ñanderu* e as *ñandesy*, os quais foram consideradas

eixo da resistência contra a pandemia (BASTA, 2020; PAVÃO et al., 2020). Ter o cuidado coletivo, alicerçado sob as bases dos saberes tradicionais, é fundamental, pois “há pelo menos tantos regimes de conhecimento tradicional quanto existem povos” (CARNEIRO DA CUNHA, 2007, p. 78). Diante de tal cenário, é que a experiência kaiowá e guarani compôs a grande mobilização indígena em defesa da luta pela vida. A partir de sua singularidade, de suas práticas autônomas e das ações políticas e espirituais contra a disseminação da Covid-19 em seus *tekoha* (territórios ancestrais/lugar ‘onde se é’), mas também somando-se às mobilizações em escala nacional com outros povos.

Se por um lado é imprescindível destacar as ações da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), em âmbito nacional, na qual os povos Kaiowá e Guarani compõem junto como organização de base, por outro lado é de suma importância dizer também que cada povo possui suas práticas únicas de cura, às quais foram fortalecidas no combate à disseminação da Covid-19.

A APIB, a ANMIGA, e todas as demais organizações de base confederadas a elas, fortaleceram o compromisso de lutar pela vida e criaram formas de mobilizações por meio da auto-organização e das estratégias que estiveram associadas aos planos de Emergência Indígena para apoio às ações autônomas, como as barreiras sanitárias e campanhas de apoio, por exemplo. As organizações de base, juntamente com o movimento indígena nacional, foram as principais articuladoras das ações políticas e das barreiras sanitárias em todo o Brasil. Elas puderam contribuir na distribuição de alimentos e de equipamentos de segurança em saúde para a atuação das equipes indígenas nos territórios dos mais diversos povos, às quais contaram com uma rede ampla de mobilização. As organizações de base e coletivos de cada povo, desde as experiências em seus territórios, auto-organizaram-se para levantar e fortalecer as barreiras sanitárias como forma de autogestão comunitária e de autodefesa.

Destacamos que esse momento não pode ser pensado e analisado sem considerar a necropolítica (Mbembe (2018)) do Estado brasileiro e do governo de Jair Messias Bolsonaro, declaradamente antiíndigena. Nesse cenário, o governo de Bolsonaro acirrou o regime conservador-empresarial-militar que lhe garante uma base de apoiadores⁴ para

⁴ CENTENO, Ayrton. Em Porto Alegre, manifestante se veste como Ku Klux Klan e é denunciado na polícia. Brasil de Fato, 23/04/21. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/23/em-porto->

se manter no poder; uma política que já deixava rastros de genocídio e ecocídio e, em meio à crise sanitária, essa base ideológica se somou às sabotagens sobre as medidas de biossegurança e às ações que impossibilitaram o isolamento social, à qual não foi realidade para a população⁵, sobretudo para as/os trabalhadoras/es dos setores mais precarizados e os povos originários. O governo federal ainda prejudicou as iniciativas urgentes de vacinação, propagando discursos sobre tratamentos precoces⁶ com medicamentos sem nenhuma comprovação de eficácia⁷, o que gerou diversas consequências na saúde de muitas pessoas.

Entre outros fatores, o governo fomentou uma das maiores crises⁸ de saúde pública como oportunidade para acirrar a violência, o ecocídio e o genocídio ao impulsionar projetos de leis e normativas que visam a expansão do neextrativismo sobre as Terras Indígenas⁹. Um exemplo da banalização da doença, e dos mecanismos criados pelo Estado para intensificar os ataques os povos originários e à Terra, foi o discurso do ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles que, durante reunião com o presidente da república e outros ministros, em 22 de maio de 2020, falou em aproveitar a pandemia para “passar a boiada”¹⁰.

Diante dessa situação, após uma série de evidências sobre o aumento do desmatamento, das violações contra os direitos territoriais originários e de benefício e

alegre-manifestante-se-veste-como-ku-klux-klan-e-e-denunciado-na-policia. Acesso em: 27 de abr. de 2021.

⁵ GRAGNANI, Juliana. Porque o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo. BBC News, 12/07/20. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>. Acesso em: 16 de abr. de 2021.

⁶ Durante a pandemia o governo federal propagou um discurso de que haveria um ‘kit covid’ para o tratamento precoce. Mas o fato é que o ‘kit’ (que envolvia alguns medicamentos como hidroxocloroquina, cloroquina, azitromicina, ivermectina, nitazoxanida e colchicina, não possuem eficácia comprovada cientificamente, tanto no que tange à prevenção, quanto no que se refere ao tratamento do coronavírus.

⁷ SHALDERS, André. 'Tratamento precoce': governo Bolsonaro gasta quase R\$ 90 milhões em remédios ineficazes, mas ainda não pagou Butantan por vacinas. 21/01/21. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55747043>. Acesso em: 04 de mar. de 2021.

⁸ BBC. Coronavírus: 'país de maricas' e outras 8 frases de Bolsonaro sobre pandemia que matou 162 mil pessoas no Brasil. 11/11/20. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54902608>. Acesso em: 03 de mar. de 2021.

⁹ Terra indígena é um conceito jurídico brasileiro que surge a partir da definição dos direitos territoriais originários, os quais foram reconhecidos através dos dispositivos legais e da Constituição brasileira. E os direitos sobre esses territórios foram declarados como ‘originários’ (CARNEIRO DA CUNHA, 1987, CAVALCANTE, 2016). Neste texto, ao fazermos o uso do conceito terras indígenas estamos considerando todos os territórios kaiowá e guarani, inclusive os por eles reivindicados e não reconhecidos pelo Estado brasileiro.

¹⁰ TANAN, Cauê. FERNANDEZ, Nayara. Pandemonium 2: forest fires and pandemic. Latin America Buerau. 18/02/21. Disponível em: <https://lab.org.uk/pandemonium-2-forest-fires-and-pandemic/> Acesso em: 01 de mar. de 2021.

alianças com madeireiros, empresários de especulação imobiliária, garimpeiros, fazendeiros e políticos, além da propagação do intenso desmonte dos órgãos de defesa do ambiente, em junho de 2021, Salles pediu demissão sob pressão de investigações relacionadas a facilitação à exportação ilegal de madeira, crimes de corrupção, prevaricação e facilitação de contrabando. Ricardo Salles foi substituído por Joaquim Alvaro Pereira Leite que já ocupou a posição de conselheiro da Sociedade Rural Brasileira (SRB), conhecida pelo grande apoio à Frente Parlamentar da Agropecuária¹¹ (FPA).

Joaquim Leite¹² é de família de fazendeiros em São Paulo, e um dos responsáveis por ataques à Terra Indígena¹³ Jaraguá, é um nome de benefício direto aos interesses ruralistas. O Relatório de identificação e delimitação dessa Terra Indígena (PIMENTEL *et al.*, 2013) demonstra inúmeros processos da família do ministro contra o povo Guarani Mbya e remonta as constantes violações desde 1986, quando a família passou a atacar também a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) pedindo a retirada dos marcos físicos do processo de demarcação. Além disso, o relatório demonstra as incessantes ameaças, perseguições e intimidações aos povos originários da região.

Nesse contexto de desmonte e de intensificação da política genocida e ecocida no país, no sul de Mato Grosso do Sul, os povos Kaiowá e Guarani tiveram de fazer o enfrentamento ao avanço da pandemia e ao aprofundamento da violência estatal-agroempresarial (MONORT, 2022). Importante destacar que o sul de Mato Grosso do Sul é onde se concentram os territórios ancestrais dos Kaiowá e Guarani¹⁴, que, em meio ao desterro, vivem em pequenas terras na porção sul desse estado em diversas situações geográficas: acampamentos-*tekoha*, na beira de rodovias e vicinais

¹¹ A FPA surgiu em meio à Assembleia Nacional Constituinte nos anos de 1987e 1988, mas fundada oficialmente em 1995, a partir de parlamentares ligados à agropecuária/agronegócio, um setor que ocupa grande parte do congresso nacional. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/>. Acesso em: 23 de jan. de 2022.

¹² FELLET, João. Família de novo ministro do Meio Ambiente disputa posse em terra indígena em SP. BBC News Brasil, 23/06/21. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57590288>. Acesso em: 25 de jun. 2021.

¹³ Terra indígena é um conceito jurídico brasileiro que surge a partir da definição dos direitos territoriais originários, os quais foram reconhecidos através dos dispositivos legais e da Constituição brasileira. E os direitos sobre esses territórios foram declarados como ‘originários’ (CARNEIRO DA CUNHA, 1987, CAVALCANTE, 2016). Neste texto, ao fazermos o uso do conceito terras indígenas estamos considerando todos os territórios kaiowá e guarani, inclusive os por eles reivindicados e não reconhecidos pelo Estado brasileiro.

¹⁴ Além dos Kaiowá e Guarani, em Mato Grosso do Sul existem outros povos, os Terena, Kinikinawa, Kamba, Ofaié, Guató, Chamacoco, Kadiwéu e Atikum (ISA, 2013).

acampamentos em terras indígenas, fazendas, retomadas territoriais e em reservas (MOTA, 2015). Os Kaiowá e Guarani correspondem a uma população de mais de 55 mil pessoas, a segunda maior do país, segundo informações da Secretária Especial de Saúde Indígena (SESAI), no ano de 2019.

O avanço da pandemia agravou a situação de vulnerabilidade social, ambiental e territorial experienciada por estes povos, situação que vem sendo propagada pelo Estado e pelo extrativismo predatório, principalmente a partir do século XX. Considerar a importância das práticas autônomas de combate a Covid-19, diante do contexto de desterro e de banalização da pandemia pelo Estado brasileiro, é também observar a luta histórica contra a violência colonial, a devastação ecológica, responsável por afetar toda a grande floresta – *ka'aguyrusu* - e pela retomada dos territórios ancestrais, os *tekoha*.

Desde a década de 1970 amplia-se as reivindicações pelos *tekoha*, seja pelo processo de desterro que sustenta a ideologia colonial, pela superlotação nas Reservas Indígenas, pela devastação ambiental ou pelo avanço dos cercamentos instituído pelo Estado e pelo agronegócio. Atualmente, são mais de 50 acampamentos-*tekoha* (MOTA, 2015) que mobilizam famílias a retomarem seus territórios ancestrais.

Com a ascensão da doença, os primeiros casos da Covid-19 entre os povos originários em Mato Grosso do Sul, foi registrado no dia 13 de maio de 2020, em Dourados, onde uma mulher indígena, de 35 anos, testou positivo. A contaminação se deu no trabalho, no frigorífico do grupo JBS *Foods* Seara (uma das principais representantes do agronegócio na região), onde há diversos indígenas empregados e moradores de diferentes aldeias, como ocorreu também em outras regiões do país. A mulher, primeira vítima do contágio, vive na Reserva Indígena de Dourados, localizada entre os municípios de Dourados e Itaporã, um território com índices extremos de vulnerabilidade social, ambiental e territorial.

A Reserva de Dourados tem uma composição multiétnica, onde vivem os povos Kaiowá, Guarani e Terena, com uma população estimada em mais de 17 mil pessoas para 3.475 hectares (MOTA, 2015), sua densidade populacional é 5,3 vezes maior que a capital do estado, Campo Grande e é a Reserva mais populosa do país, cuja situação geográfica se encontra conurbada à cidade de Dourados.

No contexto da pandemia, a situação se tornou ainda mais grave, pois se intensificaram as dificuldades para fortalecer as medidas de prevenção da Covid-19

devido à falta de acesso à terra e à água. Merece destaque que após o registro do primeiro caso, após um mês, o número de pessoas contaminadas na Reserva passou de 100 casos.

As barreiras sanitárias: práticas autônomas e cuidado coletivo

As barreiras sanitárias se constituíram como prática autônoma organizada pelos povos originários como estratégia de cuidado coletivo, de autogestão e de autodefesa. Várias experiências no Brasil apontaram que as barreiras foram criadas e mantidas com a ajuda de pedaços de troncos de árvores, correntes, placas e faixas para alertar as comunidades sobre os riscos da Covid-19 nos territórios indígenas.

As insurgências das barreiras foram fortalecidas em diferentes situações geográficas, sendo um importante exemplo da auto-organização existente entre os povos originários no Brasil. As primeiras barreiras foram criadas no início do mês de março de 2020, logo após o primeiro caso da Covid-19 ser registrado no país e foram criadas para controlar a mobilidade de pessoas aos territórios indígenas e, com isso, diminuir a contaminação.

De acordo com os conselhos tradicionais *Aty Guasu*, a *Kuñangue* e a Retomada *Aty Jovem - RAJ* (2020), as práticas de controle e de autodefesa territorial, entre os Kaiowá e Guarani, envolveu agentes comunitários, professoras/es e equipes indígenas de pelo menos 15 pessoas atuando nos três turnos. Tais equipes enfrentaram dois grandes desafios: a falta d'água e o escasso acesso a equipamentos de proteção individual (EPIs), fazendo com que as pessoas, aqueles mesmos indivíduos que estavam atuando nas barreiras sanitárias, ficassem expostos ao vírus.

Nesse contexto, a atual gestão da Fundação Nacional do Índio foi se tornando militarizada pelo Estado brasileiro, não contribuindo em nenhum aspecto com o fortalecimento da autoproteção dos povos originários frente ao avanço da pandemia, e, ao mesmo tempo, ignorava as invasões aos territórios indígenas por madeiros, fazendeiros, garimpeiros, mineradoras, políticos e empresários. O órgão indigenista até o dia 22 de abril de 2020, havia gastado pouco mais de R\$ 1 milhão dos R\$ 10,8 milhões que deveriam ser direcionados para o fortalecimento da autoproteção dos povos. No entanto, estes 10% foram utilizados para compra de caminhonetes (CIMI, 2020).

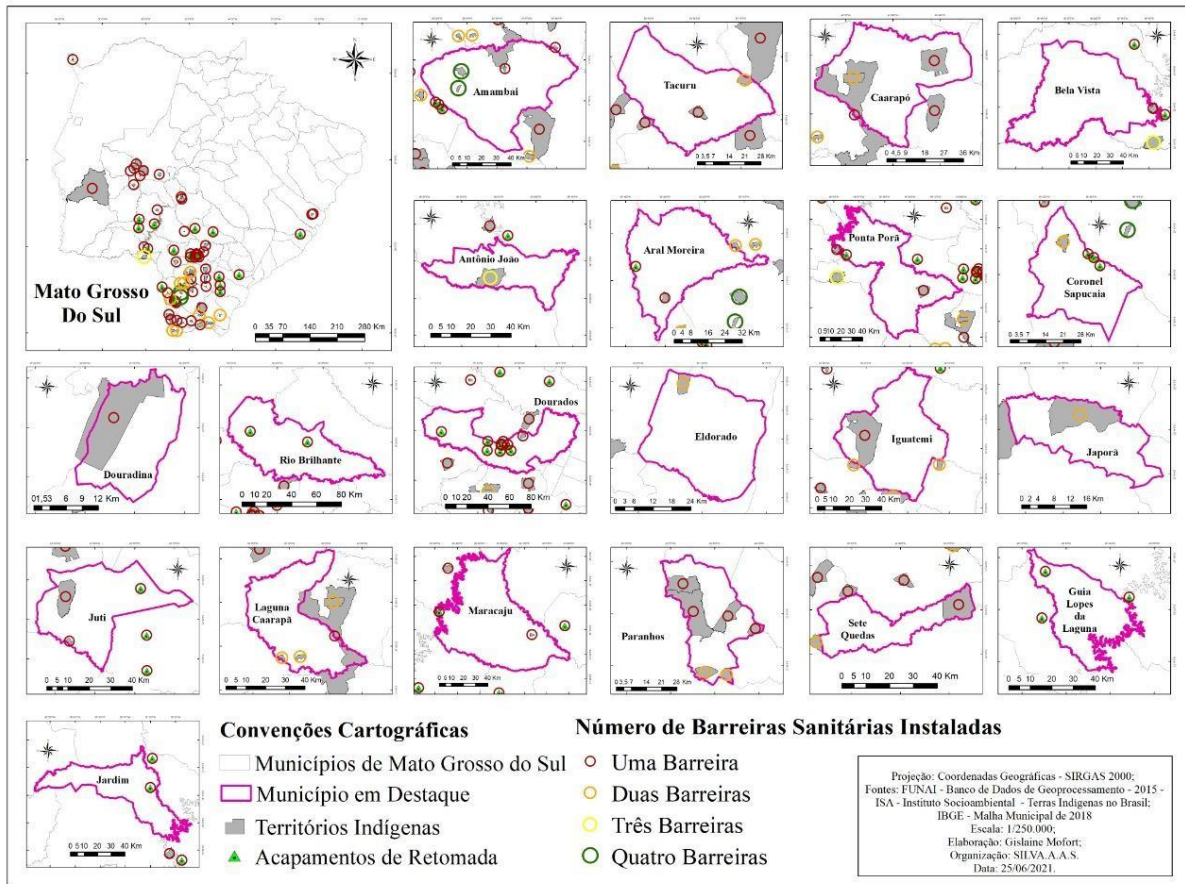
Na ocasião, os conselhos tradicionais denunciaram a situação por meio do manifesto, na qual destacaremos um pequeno trecho a seguir:

Nós *Aty Guasu, Kuñangue Aty Guasu, RAJ e Aty Jeroky Guasu* viemos solicitar o atendimento diferenciado específico para indígenas, uma organização urgente da rede de urgência e emergência segura, respeitando as especificidades do nosso povo. Todas as doações de ajudas humanitárias de sobrevivência serão bem-vindas: alimentos, máscaras de três camadas de tecido de algodão, produtos de higiene para as comunidades, caixas d'água para armazenamento, e sementes para o plantio em nossas roças. Recomendamos a toda comunidade Guarani e Kaiowá que fiquem em seus *tekohas*, que toda a liderança tenha a responsabilidade do bloqueio sanitário de todos os acessos de entradas aos territórios indígenas para manter a saúde do povo Guarani e Kaiowá, permitindo apenas a entrada de trabalhadores da saúde e ajudas humanitárias (CARTA EMERGENCIAL DOS CONSELHOS GUARANI E KAIOWÁ FRENTE A PANDEMIA DO COVID-19, 2020, s.p).

Soma-se à necropolítica do Estado brasileiro, às mais de 19 demissões de profissionais da saúde indígena somente no município de Dourados, durante a gestão de Eduardo Pazuello, como uma escancarada política de desmonte da saúde direcionada aos povos originários. As/os funcionárias/os demitidos denunciaram perseguição, assédio moral e falta de equipamentos para trabalhar no combate à pandemia entre os povos Kaiowá e Guarani, explicitando os efeitos da militarização da/na Secretária Especial de Saúde Indígena (SESAI).

Mesmo diante do terrorismo de Estado, da militarização dos espaços de saúde e das imensas dificuldades em Mato Grosso do Sul, foram criadas de forma auto-organizada mais de 60 barreiras sanitárias. Estas foram formadas pela mobilização de educadoras e educadores indígenas, estudantes indígenas, conselheiras e conselheiros, moradoras e moradores, *ñandesy* e *ñanderu*, nos territórios guarani e kaiowá. Abaixo compartilhamos um mapa com as barreiras:

Imagem 3 – Mapa de barreiras sanitárias auto-organizadas pelos povos Kaiowá e Guarani.



Elaboração: Gislaine Monfort, 2020.
Organização: Anderson Aparecido Silva, 2020.

A espacialização das barreiras revelou uma importante dimensão da rede de mobilização que atuou no fortalecimento dos mecanismos de autodefesa dos povos originários Kaiowá e Guarani. Essas barreiras, enquanto processo de controle territorial indígena, foram crescendo gradualmente com as bases comunitárias e os conselhos organizados em prol da ampliação das ações de orientação sobre a pandemia, os sintomas e sobre a importância do fortalecimento das formas de cuidado coletivo em cada território (MONFORT, 2022). O controle territorial é um eixo analítico fundamental, já que revela uma expressão da multiplicidade de ações autônomas que emergem das comunidades indígenas e se conecta à autodefesa, à autonomia política dos povos originários e à busca pelo fortalecimento da autodeterminação por meio da recuperação das terras usurpadas pela lógica colonial-capitalista.

Entre os povos Kaiowá e Guarani, o controle territorial se manifestou nos modos de autogestão e autodefesa, que constituíram as barreiras e as formas de representação coletiva, responsáveis por permear as ações políticas como respostas ao avanço da Covi-19 e da violência estatal-agroempresarial. Também vale destacar que o controle territorial explicita a falta de ações estatais na contribuição da autoproteção dos povos originários, de modo que as bases comunitárias e os conselhos tradicionais, como organizações de base, assumiram desde a auto-organização a criação e a manutenção das barreiras sanitárias, às quais contaram com apoio de campanhas de solidariedade de outros coletivos independentes.

Um jovem kaiowá, da retomada *tekoha Guyra Kambi'y*, destacou:

Depois que o coronavírus chegou, os Kaiowá também fizeram as barreiras sanitárias para ninguém pegar o coronavírus. Isso seria para os brancos. Os Kaiowá da comunidade que eu moro autorizou fazer barreiras com urucum e *jehovasa* antes da chegada na retomada. Isso seria como maior proteção, porque a doença, você não vê, a doença pode chegar com você, isso para os Kaiowá. Para os Kaiowá a doença não está em você, ela vem com você (*Kunumi Poty Rendy'i - tekoha Guyra Kambi'y*, conversa informal, 2021).

As barreiras sanitárias estiveram associadas aos modos próprios de cuidado e de pensar a saúde através da espiritualidade e dos conhecimentos tradicionais. No entanto, em meio a esse processo de mobilização, o Estado buscou mecanismos de estabelecer a militarização das ações realizadas pelas comunidades através da Força Nacional. O poder visava impulsionar uma maior vigilância sobre as Terras Indígenas, ação rechaçada pelos povos que, em contraposição, fortaleceram as suas práticas autônomas. A proposta coletiva era fortalecer alternativas de cuidado a partir de seus modos próprios de autogerir o território e a saúde, por meio dos conhecimentos tradicionais e das ações coletivas em âmbito comunitário, e de não ficarem reféns da polícia estatal.

Conforme relato de um agente de saúde e de um companheiro de uma retomada:

Foi muito importante as barreiras sanitárias que foram montados nas comunidades indígenas, foi difícil para nós se acostumar com barreiras, a gente não se acostumou porque sempre estamos nos movimentando dentro da aldeia e na cidade, mas devido às orientações das pessoas da saúde indígena com os agentes de saúde fomos nos cuidando e deu um resultado bom. A gente teve óbito, mas poderia ser muito pior. As lideranças apoiaram as comissões junto com os agentes de saúde para orientar nossa população (José - *Tekoha Nhu Vera I*, comunicação informal, 2021).

Quando chegasse dentro da retomada tinha que usar urucum, passar no rosto e fazer o *jehovasa* [reza], isso seria como uma proteção. E tem uma coisa sobre as barreiras sanitárias para os Kaiowá, para os anciões, principalmente

ñanderu e *ñandesy* estavam falando com *ñande ru* guasu para ele mandar o *yyy'raija*. Mas quando fechamos a estrada com as barreiras sanitárias é como se fechássemos a estrada e o pedido que fez de proteção para o *yyy'raija*, acabam voltando. Por isso alguns anciões não concordavam de início com as barreiras porque para os Kaiowá a estrada é uma passagem pública, todo mundo pode passar, e os *yyy'raija* passam por ali também. Mas outros concordaram que seria necessário por causa da doença. Para os Kaiowá, alguns achavam bom e alguns achavam ruim a barreira sanitária, porque para alguns havia a importância de não fechar a estrada. Os *karai* tem sua forma de se proteger do coronavírus, os Kaiowá também têm sua forma de se proteger, isso foi o que muitas aldeias discutiram (*Kunumi Poty Rendy'i - Tekoha Guyra Kambi'y.*, comunicação informal, 2020).

O levantamento e a manutenção das barreiras envolveram uma ampla rede de apoio comunitário, e de coletivos independentes, que teceram a solidariedade com o compartilhamento de alimentos, sementes e mudas, de modo a contribuir com as equipes indígenas. Abaixo compartilhamos algumas imagens das barreiras levantadas em distintos contextos territoriais, desde as Reservas Indígenas aos acampamentos de retomada.

Painel fotográfico: Controle e autogestão territorial kaiowá e guarani nas barreiras sanitárias.





Fonte: *Kuñangue Aty Guasu* (2020)¹⁵.

As mulheres indígenas, por um lado, formaram a primeira linha das ações autônomas, de modo que foram centrais no processo de cuidado e de autodefesa

¹⁵ Página virtual *Kuñangue Aty Guasu*. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/kunangueatyguasu/posts/>- <https://www.kunangue.com/covid-barriers>. Acesso em: 06 de mai. 2021.

comunitária. Elas constituem a linha de frente da luta pela vida diante do desterro promovido pelo terrorismo do agronegócio e do Estado em Mato Grosso do Sul:

Sobre a barreira foi importante aqui em Guyaroká, (...) ficamos sete meses na barreira, buscamos conscientizar, alguns aceitaram outros não, indígenas e não-indígenas. E outra a questão dos remédios, da vacina, veio tomamos, com a mulher na frente porque a mulher está tomando posse da luta e nessa caminhada está de pulso firme. O homem não tem muita mente aberta, não busca muito mais conhecimento, fala assim de uma forma que é muito estranho. Quando a mulher fala é muito diferente da fala do homem. A questão da vacina mesmo, muitos homens ficaram com medo, a mulher está sempre a frente de tudo, defendendo a casa, defendendo a família, defendendo a comunidade, defendendo a saúde, defendendo a terra, defendendo a cultura, está sempre em primeira mão fazendo a defesa, a mulher defende a vida. A mulher além de trazer a vida, ela defende a vida, nós indígenas sim (Mari - Tekoha Guyaroka, comunicação informal, 2021).

Enfrentando uma guerra declarada à vida e aos corpos femininos, as mulheres propõem outra política desde o território e desde a autonomia. Esse processo de organização e atuação dialoga com a perspectiva de que a luta das mulheres constrói outros modos de elaboração política desde as grafias da linguagem da Terra (LUNA, 2018; MONFORT, 2022).

Essas barreiras junto às demais ações políticas kaiowá e guarani enquanto expressão da autodefesa, autogestão e controle territorial durante a pandemia, demonstraram a importância da auto-organização em diferentes escalas frente à crise de saúde global; inobstante, apontaram caminhos fundamentais diante das crises sistêmicas que se apresentam na contemporaneidade. Os povos Kaiowá e Guarani firmam a esperança de adiar o fim o mundo por meio da luta e da reza:

Os rezadores falam que não é o fim do mundo ainda, enquanto tiver (...) reza e milho branco nascendo e crescendo ainda tem vida. Mas precisa de muita reza porque os jára também estão subindo, ele não está mais junto com a gente (kwarahy rendyju - Tekoha Panambizinho, comunicação informal, 2020).

Para os kaiowá enquanto existir os ñande ru, ñande sy e o milho branco ainda brotando, não haverá o fim do mundo - chamado ara paha - enquanto tiver territórios kaiowá e Guarani plantando o milho branco e fazendo reza, tem proteção da terra e todos os seres. (...) A destruição que está sendo causada pelo karaf reko, a contaminação dos solos e águas, cada vez mais impacta na vida e na germinação do milho branco, e quando não tiver mais ninguém plantando, acontecerá algo muito ruim, como mais doenças (Kunumi Poty Rendy'i - Tekoha Guyra Kambi'y, comunicação informal, 2020).

Aprender com os povos originários e fortalecer a defesa coletiva dos processos de autodeterminação política e territorial é um eixo imprescindível para a luta favorável à vida, pois ela é substancialmente anticolonial.

Considerações finais

As práticas autônomas de autogestão e autodefesa kaiowá e guarani foram pautadas no fortalecimento da auto-organização e das formas de controle territorial-indígena na criação das barreiras sanitárias, sobretudo, no fortalecimento dos conhecimentos tradicionais com o uso da medicina tradicional e das floras conhecidas e manejadas por estes povos. As plantas, pela sabedoria e ciência indígena, são fontes de vida capazes de proteger o corpo e o espírito diante da disseminação da Covid-19.

A vida kaiowá e guarani está cosmocentrada na espiritualidade, na comunicação cotidiana com os guardiões; os mais diversos deuses e deusas que compõem o mundo e o cosmos. Todas as plantas têm o seu *teko* (seu modo de ser) e seu *jára* (guardiões), assim como todos os outros seres oriundos do denominado por nós como humanos e não-humanos.

Os relatos compartilhados por companheiras/os kaiowá e guarani evidenciaram a importância das barreiras, das rezas (*jehovasa*) e da medicina tradicional, como o uso do urucum e de outros elementos da flora dos sistemas socioecológicos tradicionais como eixos vitais para prevenir a doença. As plantas medicinais têm importância cosmológica, ecológica, social, territorial e política. Manejar a flora é se comunicar com os mais diversos guardiões da floresta, os *jará*. Apesar de poucas plantas nativas ainda disponíveis em decorrência do projeto colonial de desmatamento e do avanço do agronegócio, os povos Kaiowá e Guarani ainda cultivam várias espécies que são indispensáveis para a saúde do corpo, do espírito e da Terra.

Os Kaiowá e Guarani têm ensinado que a medicina tradicional, e as ações de cuidado coletivo por meio dos conhecimentos tradicionais e das práticas autônomas, tem sido muito mais eficiente do que álcool e do que lavar as mãos com água e sabão (não que estas ações não sejam importantes), pois reconhecer a importância da medicina tradicional, e das práticas autônomas, envolve a esfera de que é imprescindível recompor a multiplicidade de vida nos ecossistemas e territórios para enfrentar as doenças que surgem como consequências da destruição da Terra. Apesar da destruição

causada pelos *karaí*, diversas famílias relatam que “sempre tem um matinho brotando [e fazemos] remédios”, como ensina o *ñanderu* Jorge, morador da Reserva Indígena de Dourados.

As barreiras e os conhecimentos tradicionais, ao se construírem enquanto processo de autonomia dos povos, expressam ações coletivas para o fortalecimento da autodeterminação política-territorial. Sem território, sem mata, sem remédio, sem *ñandesy* e *ñanderu* não é possível “segurar o céu” e “adiar o fim do mundo”. De modo que os Kaiowá e Guarani destacam que enquanto houver *ñanderu* e *ñandesy* fazendo reza, e enquanto o milho brotar, o fim será adiado e haverá esperança de um outro mundo.

O que aprendemos com as experiências autônomas dos povos Kaiowá e Guarani no enfrentamento a pandemia da Covid-19, e à política genocida e ecocida do Estado brasileiro, é que as barreiras sanitárias são construídas com reza, *jehovasa*, urucum, garrafada de remédios feita por plantas que curam o corpo, a alma e a Terra. Estes elementos são imprescindíveis na luta anticolonial kaiowá e guarani e nos processos de resistência pela retomada de seus *tekoha*.

Aos povos Kaiowá e Guarani, nossos agradecimentos e todo apoio às retomadas e processos de resistência territorial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Necropolítica e Neoliberalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, 2021, p. 1-10.

ANMIGA. **Manifesto das primeiras brasileiras, as originárias da terra: a mãe do Brasil é indígena**. Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade. Disponível em: <https://anmiga.org/manifesto/>. Acesso em: 15 de dez. 2021.

APIB (ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL). Como a Covid-19 tem entrado nos territórios indígenas. **APIB Oficial, Emergência indígena**. Disponível em: <http://emergenciaindigena.apiboficial.org/>. Acesso em 12 de jan. 2022.

ATY GUASU, KUÑANGUE, RAJ. **Manifesto Guarani e Kaiowá exigindo a atuação dos órgãos públicos nas barreiras sanitárias em Territórios Indígenas para a prevenção da chegada da pandemia do novo coronavírus**, 2020.

ATY GUASU, KUÑANGUE, RAJ. **Plano Regional:** Plano da equipe Aty Guasu Guarani e Kaiowa diante do avanço da Covid-19 e ordem de isolamento social. 2020. Disponível em:
http://emergenciaindigena.apib.info/files/2020/08/PlanRegional_Maraca_Atyguasu.pdf. Acesso em: 23 de nov. 2020.

BALÉE, William. Biodiversidade e os índios amazônicos *In*: CASTRO, Eduardo Viveiros de; CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (orgs.). **Amazônia**: etnologia e história indígena. São Paulo: NHII-USP-FAPESP, 1993, p. 385-393.

BASTA, Paulo, *et al.* **Pohã Ñana; nãombarete, tekoha, guarani ha kaiowá arandu rehegua = Plantas medicinais**: fortalecimento, território e memória guarani e kaiowá / Paulo Basta ... [*et al.*]. - Recife: Fiocruz-PE, 2020.

BBC. **Coronavírus**: 'país de maricas' e outras 8 frases de Bolsonaro sobre pandemia que matou 162 mil pessoas no Brasil. Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54902608>. Acesso em: 03 de mar. de 2021.

BENITES, Eliel. **A busca do teko araguyje (jeito sagrado de ser) nas retomadas territoriais guarani e kaiowá**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.

BORDA, Fals. **Una sociología sentipensante para América Latina**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Clacso, 2009.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. “Terra Indígena”: aspectos históricos da construção e aplicação de um conceito jurídico. **História**, v. 35, n. 75, São Paulo, 2016.

CENTENO, Ayrton. **Em Porto Alegre, manifestante se veste como Ku Klux Klan e é denunciado na polícia**. Brasil de Fato. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2021/04/23/em-porto-alegre-manifestante-se-veste-como-ku-klux-klan-e-e-denunciado-na-policia>. Acesso em: 27 de abr. de 2021.

CIMI. **Carta-Manifesto dos Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul**. 20 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/02/carta-manifesto-encontro-povos-indigenas-ms.pdf>. Acesso em: 19 de fev. 2021.

CIMI. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil dados de 2020**. Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf>. Acesso em: 25 de jan. de 2022.

CORONAVÍRUS BRASIL. **Painel Coronavírus**. Atualizado em: 07/06/22. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 08 de jun. de 2022.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os direitos do índio**: ensaios e documentos. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Fapesp, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista USP**, São Paulo, n.75, p. 76-84, 2007.

DANOWSKI, Débora. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. 2.ed. Florianópolis: Cultura: Barbárie; Instituto Socioambiental, 2017.

ESBELL, Jaider. “O que são 70 anos diante de 521, meu querido?”. **Elastica**. Disponível em: <https://elastica.abril.com.br/especiais/jaider-esbell-bienal-mam/>. Acesso em: nov. de 2021.

GRAGNANI, Juliana. Porque o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo. **BBC News**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>. Acesso em: abr. de 2021.

ISA, Instituto Socioambiental. **Povos indígenas do Brasil**. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quem-sao/sobre-o-nome-dos-povos>. Acesso em: 10 de jan. de 2013.

KOPENAWA, Davi Yanomami. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. KOPENAWA, Davi Yanomami. / ALBERT, Bruce. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOPENAWA, Davi Yanomami. "Toda essa destruição não é nossa marca, é a pegada dos brancos, o rastro de vocês na terra". **Povos Indígenas no Brasil** – ISA, 2006-2010.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LUNA, Diana Itzu Gutiérrez. Territorialidades no-patriarcales. Aproximaciones anti-sistémicas desde una iniciativa del Concejo Indígena de Gobierno en México. **RevIISE**, Dossier Hacia un buen vivir feminista, v. 11, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

MONFORT, Gislaine Carolina. **Autonomias indígenas, luta pela vida e modos de autogestão comunitária dos povos Kaiowá e Guarani**. (Dissertação de mestrado). Dourados, MS: UFGD, 2022.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowá**: da territorialização precária na reserva indígena de Dourados à multiterritorialidade. Dissertação (Mestrado em Geografia), FCH/UFGD, Dourados, 2011.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá**: diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonização na

Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha – Dourados/MS (Tese Doutorado) – UNESP, Presidente Prudente: 2015.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

PAVÃO, Sonia et al. Plantas medicinais dos povos kaiowá e guarani como possível prática complementar no enfrentamento dos sintomas da Covid-19: conhecimento tradicional como arma contra a pandemia. **Revista Brasileira de Agroecologia**. v.15, n. 4, 2020, p. 4-17.

PIMENTEL, Spensy K, *et al.* **Relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Jaraguá**. Brasília: CGID/DPT/Funai, 2013.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, [1970] 1996.

SHALDERS, André. '**Tratamento precoce**': governo Bolsonaro gasta quase R\$ 90 milhões em remédios ineficazes, mas ainda não pagou Butantan por vacinas. 21 de jan. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55747043>. Acesso em: 04 de mar. de 2021.

TANAN, Cauê. FERNANDEZ, Nayara. **Pandemonium 2**: forest fires and pandemic. Latin America Buerau. 18 de fev. 2021. Disponível em: <https://lab.org.uk/pandemonium-2-forest-fires-and-pandemic/>. Acesso em: mar. de 2021.

Recebido em 14/03/2022. Aceito para publicação em 01/06/2022.
--